

www.uc.pt/  
 imprensa\_uc  
 CONTACTO  
 imprensa@uc.pt  
 VENDAS ONLINE  
 http://livraria-  
 daimpresa.uc.pt  
 JANEIRO 2015

# 20 ANOS

## DE JORNALISMO CONTRA A INDIFERENÇA

Organização Ana Teresa Peixinho, Carlos Camponez, Isabel Vargues, João Figueira

TEXTOS DE

Marc Lits, Adriano Duarte Rodrigues, Tito Cardoso e Cunha, José Augusto Mourão, Alberto Pena Rodríguez, Maria Augusta Babo, Daniel Cronu, João Pissarra Esteves, Gilles Gauthier, Heloísa Paulo e Luís Reis Torgal, Alfredo Barroso, António Fidalgo, Noël Nel, João de Almeida Santos, Juan Luis Cebrián, António Dias Figueiredo, Marina Themudo, Jorge Sampaio, Nelson Traquina, Mário Soares

**O** livro que agora se apresenta, nasce de dois desígnios fundamentais: por um lado, celebrar duas décadas de ensino do Jornalismo na Universidade de Coimbra e, por outro, partilhar com um público mais alargado um conjunto de reflexões sobre os *media*, o jornalismo, a comunicação e o espaço público.

Se o ensino superior do Jornalismo em Portugal, relativamente tardio em relação ao resto da Europa, deu os seus primeiros passos no fim dos anos 70 do século passado, ele aparece apenas duas décadas depois na academia coimbrã. Contudo, esta foi, no contexto nacional, a primeira licenciatura em Jornalismo, distinguindo-se, quer em título, quer em objetivos, das licenciaturas então existentes no país. A criação de uma Licenciatura em Jornalismo na Universidade de Coimbra, em 1993-1994, foi, por si, um acontecimento. Com efeito foi necessário que reitor, professores e jornalistas ousassem atualizar a oferta curricular da Faculdade de Letras, oferecendo um curso

há muito desejado pela sociedade e pelo mercado, embora desconsiderado por alguns setores da academia. Correndo o risco de omitir alguém, a quem antecipadamente pedimos desculpa, não podemos deixar de recordar os esforços dos jornalistas João Mesquita, João Fonseca, em representação

---

*Todas as gerações, sem dúvida, se julgam para refazer o mundo. A minha sabe, no entanto, que não poderá refazê-lo. A sua tarefa é impedir que se desfaça, unicamente das suas negações*

A. Camus, *Discursos da Suécia* (1957)

---

do Sindicato dos Jornalistas, e de Jorge Castilho, a quem mais tarde se viria associar o nome de Mário Martins, bem como o do então Reitor da Universidade de Coimbra Rui Alarcão, e dos professores João Roque e Luís Reis Torgal. Entre 1993 e 1996, a Licenciatura em Jornalismo funcionou com um Secretariado, que teve um papel executivo e científico nos primeiros tempos do curso na FLUC. Presidido pelo Presidente do Conselho Científico Ludwig Scheidl, este

## Que Jornalismo para que Democracia no século XXI?\*

Jorge Sampaio

Presidente da República entre 1996 e 2006

Em janeiro de 1997, na minha qualidade de Presidente da República, tive a honra de participar na cerimónia de inauguração do Instituto de Estudos Jornalísticos.

Na altura – já lá vão dezassete anos! –, destaquei o carácter inovador deste curso no contexto das licenciaturas existentes na área da Comunicação Social e sublinhei o quanto a autonomização do Jornalismo como área do saber, então decidida pela Universidade de Coimbra e por este Instituto, vinham colmatar uma importante lacuna no nosso panorama universitário, abrindo assim campo ao desenvolvimento de uma interessantíssima área de investigação.

Lembrei outrossim o quanto o panorama do jornalismo atravessara nas últimas décadas uma transformação profunda – e cito – “quer porque se desenvolveram novos meios de comunicação, quer porque as sociedades se complexificaram. Ambos os factores de há muito vêm a apontar para a necessidade de novas formas de formação, seja de formação geral, seja de formação especializada”.

O reflexo da auto-citação não é porventura o melhor – eu, pelo menos, procuro evitá-lo! –, mas a verdade é que, por vezes, a revisitação de textos e palavras proferidas reveste o mérito de fomentar a reflexão crítica e o sentido de perspetiva e visão estratégica!

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Gostaria de aproveitar esta ocasião para partilhar convosco algumas reflexões em torno da questão – oh quão atual – “Que jornalismo para que democracia no séc. XXI?”

Desde já, quero sublinhar que o ângulo de análise que vou aqui seguir resulta da minha dupla condição de político reformado, naturalmente; mas também de cidadão comprometido com o seu tempo, que tem procurado

---

\* Palestra proferida na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em 29 de maio de 2014, no âmbito da celebração dos vinte anos da Licenciatura em Jornalismo.

manter uma constante intervenção cívica, seja a nível local, nacional, europeu ou no plano global.

Ou seja, quero aqui, tão só, trazer um testemunho pessoal, que espero possa contribuir para completar as vossas reflexões mais académicas com alguma experiência de terreno – experiência de alguém que atravessou boa parte do século XX, tendo vivido a rutura do regime autoritário, a transição para a democracia e a consolidação do regime democrático em Portugal; experiência de alguém que, pelo desempenho de vários cargos públicos, conhece bem o papel do jornalismo e da comunicação social em geral, como mediadores das relações entre, digamos, o político e a sociedade; experiência de alguém que assistiu à chegada do século XXI e ao impacto da revolução dos meios de comunicação e das novas tecnologias da informação não só em Portugal, mas também por esse mundo fora, impacto que, na minha qualidade de Alto Representante das Nações Unidas para a Aliança das Civilizações, tive a oportunidade de acompanhar de perto até porque os *media* era um dos quatro domínios prioritários de atuação daquela iniciativa.

Em suma, é na base deste leque diversificado de experiências que vou tentar formular um conjunto de observações organizadas em torno de dois polos temáticos. O primeiro diz respeito às transformações no campo do jornalismo – ou seja, tratar-se-á de mostrar porque, para termos uma democracia forte e justa, precisamos de jornalismo político de excelência. O segundo dirá respeito aos desafios que a Europa e as nossas democracias europeias enfrentam, num tempo em que a globalização torna a construção europeia mais necessária do que nunca, apesar do alheamento e mesmo desafetação dos europeus em relação ao projeto europeu que os tem mantido unidos nos últimos cinquenta anos.

### **Um jornalismo político de excelência para uma democracia forte e justa**

O primeiro passo a dar é simultaneamente ter a coragem de perguntar “O que é um jornalismo político de excelência?” e ter a ousadia de responder: “É um jornalismo político do seu tempo”.

Ou seja, um jornalismo que não se deixe apenas moldar pela agenda dos políticos, mas que também contribua para termos uma democracia mais forte e mais justa.

O século XX e este início de século XXI já nos apresentaram mudanças dramáticas no que respeita tanto à política quanto ao jornalismo.

Só para elencar algumas dessas mudanças podemos destacar duas:

i. o surgimento de um conjunto de tecnologias digitais de comunicação em rede;

ii. a estagnação ou declínio dos meios de massa, estou a pensar em particular, dos jornais em papel.

A chegada das tecnologias digitais de comunicação em rede alterou a forma como os políticos comunicam com o público, com ou sem os jornalistas como mediadores desse processo.

Os jornais que, no passado, mantinham os líderes partidários em permanente observação estão, agora, preocupados em sobreviver.

As televisões e rádios que, no passado, juntavam a nação para as notícias da noite têm agora múltiplos concorrentes: *media* online, como blogs e redes sociais, e tudo isto está a mudar a forma como comunicamos.

Sabemos que há múltiplos jornalismo, só para falar na Europa.

Mas, em geral, o jornalismo europeu é produto da combinação entre jornais de referência privados, muitas vezes com posições políticas pronunciadas (por vezes também temperadas com uma visão pronunciadamente populista oriunda dos tabloides, como no Reino Unido) e uma forte tradição de um serviço público de televisão e rádio.

Por outro lado, assistimos no jornalismo político ao desenvolvimento de um conjunto de tendências que não são apenas suas, mas que também encontramos na própria prática política, como sejam:

personalização excessiva;

ênfase na «politiquice» em vez de na política;

tendências populistas.

Por sua vez, o sector da comunicação social necessita responder às mudanças que se têm registado nas suas audiências, a saber:

i. audiências menos crédulas, deferenciais e pacientes;

ii. audiências mais autónomas e com múltiplas opções de escolha;

iii. atores políticos que amiúde dedicam cada vez mais recursos à gestão das suas relações com os *media* (muito frequentemente contratando jornalistas experientes como assessores);

iv. em geral, os partidos políticos, grupos de pressão, entidades do estado e empresas todos investem em expandir os seus esforços de relações públicas.

É este o contexto em que se move o jornalismo político atual.

Parece-me inegável que, do lado da política, vivemos num défice, não orçamental, mas num défice democrático! É inegável que todos os estudos sobre a relação entre instituições e cidadãos apontam para a existência de um défice democrático, oriundo do facto de as instituições políticas serem vistas como ficando aquém das expectativas dos cidadãos e como não sendo mais geradoras de confiança nelas.

E a pergunta é: então o que resulta de todas estas tendências para o jornalismo político?

Não sou um especialista em jornalismo político e ainda menos em jornalismo em geral. Mas tenho um interesse profundo em compreender tudo aquilo que possa contribuir para melhorar a democracia, incluindo um melhor jornalismo. Por isso, leio, vejo, ouço, converso e, também, vou navegando ou tentando.

De tudo o que me é dado ver, retiro algumas ilações, a saber:

i. temos hoje um ciclo de 24 horas, 7 dias por semana, de notícias políticas (da televisão à internet, redes sociais incluídas). Disto resulta um jornalismo, à falta de melhor definição, de enlatados, onde matérias pré-produzidas substituem a reportagem ou a notícia;

ii. há uma mudança generalizada nos equilíbrios de poder entre, por um lado, jornalistas pressionados pela falta de tempo e pelos poucos recursos; e, por outro, fontes políticas profissionalizadas (em particular, em torno das figuras políticas de projeção nacional), partidos, grupos de pressão profissionais;

iii. por último, há uma clara passagem, do lado da oferta jornalística, do analógico para o digital, criando diferenças de consumo jornalístico de base geracional, com as faixas etárias mais novas a consumirem sobretudo digital, ao passo que os mais velhos continuam a preferir o papel. Mas esta mudança também está a levar as organizações de *media* tradicionais a dominar o online, não deixando espaço para o surgimento de novos projetos de *start-ups*.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Não teria a veledade de ajuizar do sentido destas mudanças, por isso, deixarei em aberto a questão de saber se estas tendências são de sinal positivo ou negativo.

No entanto, parece-me inegável que há algo em mudança no jornalismo político em Portugal e na Europa. A minha única certeza é que sem bom jornalismo político não há boas democracias!

Agora como se faz para ter bom jornalismo político? Essa resposta espero obtê-la (ou pelo menos ficar mais próxima dela) com a vossa ajuda, através

das opiniões dos senhores investigadores aqui presentes, bem como dos jovens e menos jovens (atuais e futuros) jornalistas e políticos aqui presentes.

### **Europa, democracia e “media literacy”**

Dado o contexto temporal desta conferência, no rescaldo das eleições para o Parlamento Europeu, que se realizaram entre 22 e 25 de maio último, convocando 500 milhões de cidadãos a escolher os seus 751 representantes para os próximos cinco anos, não posso deixar de terminar sem referir aqui a questão europeia.

Hoje mais do que nunca, a questão europeia está no centro das nossas vidas, afetando as condições do pacto social que enforma as sociedades, as condições do exercício do poder político e as próprias condições da vida democrática em cada um dos Estados membros.

Para que no plano nacional a política se renove e acerte o passo com as sociedades, para que os cidadãos renovem a sua confiança no sistema partidário e reencontrem o sentido da democracia representativa, a dimensão europeia não pode mais ser omitida.

Há, por isso, urgência, em articular melhor estes dois patamares da governação, no longo prazo, mas também no quotidiano. Caso contrário, caminharemos para um impasse que se agudizará e, da crise crónica em que vivemos há décadas, resvalar-se-á facilmente para o abismo.

As últimas eleições devem fazer-nos refletir sobre o alcance e significado da abstenção, fenómeno que deixou de ser marginal para ocupar o cerne do sistema eleitoral na maioria dos países europeus.

A abstenção deve ser vista como um cartão vermelho às democracias na Europa e à Europa como construção democrática. Não se pode continuar a assobiar para o lado, quando mais de 56% dos europeus se alheiam das eleições. Algo está errado e tem de ser corrigido.

Será deficiência de informação, de comunicação, problemas no discurso ou na narrativa política, como agora se diz; será afirmação positiva da liberdade de não participação ou pura manifestação de indiferença, alheamento e distância dos cidadãos; mas, qualquer que seja a razão, se o cidadão não participa nas consultas eleitorais e se estas ocupam o centro da dinâmica democrática, é que as democracias se estão a tornar disfuncionais e há que refletir sobre as consequências, causas e o impacto imediato e a prazo deste desvio.

Há que refletir também sobre o papel dos *media* e do jornalismo na correção, ou ao invés no agravamento destes disfuncionamentos.

Será que o convite permanente às frases feitas, aos *sound bites*, aos slogans propagandísticos e aos *spots* publicitários que tem moldado o nosso quotidiano tem constituído um vector de erosão da comunicação política e da informação, e um factor de perturbação do que há pouco chamava de jornalismo de excelência?

Como é possível que hoje, vivendo nós uma crise funda e angustiante para todas as faixas etárias, uma crise que é especialmente aguda em determinados países, como em Portugal, mas que não é um exclusivo nosso, como é possível, dizia, que perante esta crise que é antes de mais europeia, a última consulta eleitoral tenha deixado indiferente mais de metade dos europeus?

Claro que esta crise suscita muitas perguntas até porque nunca como agora os cidadãos dispuseram de tantas informações e de possibilidades de participação e atuação coletiva à margem dos modelos tradicionais.

Mas já não há como nos iludirmos – não é através da participação política que os europeus parecem encarar a possibilidade da mudança!

Por isso, o que faz falta é reabilitar a política e restaurar a confiança na capacidade de as democracias encontrarem as respostas certas para os problemas que as sociedades atravessam.

Não nos podemos enganar – não há vida em sociedade sem política. Mas a política esvaziada de cidadãos autodestrói-se e só pode ocasionar miséria e destruição.

Não podemos dispensar nem cidadania – que é o sentimento de pertença a uma comunidade de destino – nem democracia, que é a certeza para os cidadãos de poderem contribuir para a configuração dos termos do contrato social e de um projeto de sociedade partilhado.

Caros Amigos,

Quando digo que a crise é europeia, não quero, ao dizer isto, ignorar que há problemas que nos são próprios e específicos. Mas entendo que, embora estes pesem no agravamento dos desafios comuns a todas as democracias europeias – e mesmo ocidentais –, eles não são, porém, o fulcro da questão.

A situação de crise só pode ser enfrentada no quadro de uma Europa consciente dos seus valores e do seu lugar no Mundo do século XXI.

A crise só será superada no quadro bem mais vasto de uma reinvenção das democracias, na fidelidade aos seus valores fundamentais e inspiradores, que devem permanecer, mas na ousadia para renovar as suas instituições e reformar os seus códigos e métodos, reconhecendo que, em muitos casos, já

não respondem às vertiginosas revoluções tecnológicas, sociais e culturais das últimas décadas.

Toda esta questão da articulação entre a renovação da democracia e a governação europeia daria para mais uma conferência! São muitas as interrogações que se atropelam, que não devemos calar e para as quais temos o dever de encontrar respostas. E uma delas é, sem dúvida, a do papel central do jornalismo e dos *media* em geral, na criação de um verdadeiro espaço público de debate e de participação cívica dos cidadãos na construção da Europa bem como na requalificação das democracias. Como podem os *media* dinamizar a participação e fortalecer a cidadania em sociedades crescentemente individualistas e com perda do sentido coletivo? Como podem os *media* promover a diversidade, o debate, o pluralismo e a alternativa, contribuindo ao mesmo tempo para forjar compromissos, acordos, pactos e consensos entre os atores sociais e políticos?

Aqui ficam sugestões de temas para um próximo debate. Muito obrigado.